

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 212/2012 <sup>1</sup>**  
**(Apensado: PLP nº 225/2012)**

**1. Síntese da Matéria:**

O Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2012, altera o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de forma a vedar a inclusão das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional em regime de substituição tributária vigente em seus respectivos Estados. Foi apensado o Projeto de Lei Complementar nº 225, de 2012, que altera o art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, estabelecendo que a microempresa e a empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não se sujeitam a regime de substituição tributária ou a regime antecipado de recolhimento do ICMS, exceto em relação a combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, refrigerantes, energia elétrica, eletroeletrônicos e veículos automotivos. O mesmo dispositivo determina, ainda, que nas operações interestaduais envolvendo aquisição de bens e mercadorias não haverá o recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota estadual. Por fim, a proposição apensada revoga dispositivos estendem às empresas optantes pelo Simples Nacional a cobrança do ICMS pela sistemática da substituição tributária e o recolhimento do diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais, nos mesmos moldes aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**2. Análise:**

A matéria foi submetida à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, onde foi aprovada, na forma de substitutivo que não exime a micro e pequena empresa optante do Simples Nacional do recolhimento por meio de substituição tributária, porém isso somente ocorrerá nos casos em que o destinatário da operação também for estabelecimento optante pelo Simples Nacional. Nessa hipótese, o prazo para recolhimento não poderá ser inferior ao estabelecido em situação semelhante na legislação estadual.

Os Projetos principal e apensados e o Substitutivo da CDEIC não acarretam impacto orçamentário e financeiro no âmbito federal, pois têm seu escopo centrado no regime de incidência de tributo de competência estadual, sem ferir dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal ou da LDO.

**3. Resumo:**

3.1.2) Sem implicação orçamentária e financeira:  
PLP 212/2012

Brasília, 13 de Julho de 2017.

**Receita**  
**Maria Emília Miranda Pureza - Coordenador de Núcleo**

---

<sup>1</sup> Solicitação de Trabalho 1138/2017 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.